



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Boletim de
TRABALHO
DO RIO GRANDE DO SUL



V. 2 N. 3



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise de Políticas Públicas: Daiane Boelhouver Menezes

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 2, N. 3, outubro 2020

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 2	n. 3	p. 1-25	out. 2020
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe de Divisão de Análise de Políticas Públicas: Daiane Boelhouwer Menezes

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Bruna Kasprzak Borges, Daiane Boelhouwer Menezes e Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização bibliográfica: João Vítor Ditter Wallauer e Kátia Midori Hiwatashi

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PANDEMIA	6
1.1 ASPECTOS BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO RECENTE	6
1.2 TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO RIO GRANDE DO SUL: EVOLUÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	10
2 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO SUL, DE JANEIRO A AGOSTO DE 2020	18
2.1 OS RESULTADOS DO EMPREGO FORMAL DE TRABALHO NOS ESTADOS	18
2.2 AS VARIAÇÕES DO EMPREGO NO RIO GRANDE DO SUL SEGUNDO ATRIBU- TOS DOS TRABALHADORES	19
2.3 DESEMPENHO POR SETORES DE ATIVIDADE E DIVISÕES CNAE	21
2.4 COMPARAÇÃO DO MOVIMENTO DO EMPREGO POR REGIÃO FUNCIONAL	22
2 REFERÊNCIAS	24

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na seção 1 do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, analisa-se o comportamento recente do mercado de trabalho no Estado até o 2.º trim./2020. Na primeira subseção, apresentam-se evidências sobre indicadores básicos do mercado de trabalho do RS no período recente, enquanto, na segunda, abordam-se os trabalhadores por conta própria.

De acordo com o que é mostrado na subseção 1.1, no contexto da recessão econômica provocada pela pandemia por Covid-19 e pela estiagem, ocorreu uma retração acentuada da oferta de trabalho estadual no 2.º trim./2020. Nesse sentido, a taxa de participação na força de trabalho registrou, na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, uma queda de 5,5 pontos percentuais, a maior da série temporal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O nível ocupacional também evidenciou uma retração muito expressiva na referência comparativa acima identificada, de 5,5 pontos percentuais, igualmente, a maior da série temporal da PNAD Contínua. Ambos os indicadores atingiram, no 2.º trim./2020, os seus menores níveis no mercado de trabalho gaúcho.

A taxa de desocupação do RS teve um aumento relevante no 2.º trim./2020, frente ao 2.º trim./2019, de 1,2 ponto porcentual, atingindo 9,4%, o maior nível desse indicador para o mercado de trabalho estadual na série temporal da PNAD Contínua. Caso não tivesse ocorrido a grande retração da oferta de trabalho nesse período, como anteriormente destacado, a taxa de desocupação teria aumentado de forma ainda muito mais intensa. Na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, no Estado, a desocupação aumentou mais entre os homens, os jovens de 15 a 29 anos, as pessoas com ensino superior incompleto e entre aquelas de cor preta ou parda.

O rendimento médio real dos ocupados no RS, ao se cotejar o 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, manteve-se estável. Já a massa de rendimento real dos ocupados, na mesma referência comparativa, teve uma queda de grande intensidade (-7,2%), a maior da série temporal da PNAD Contínua. Esse desempenho negativo é exclusivamente determinado pela redução do nível de ocupação, uma vez que o rendimento médio real ficou estável.

Na subseção 1.2, apresentam-se evidências de que ocorreu, no RS, uma redução muito intensa do contingente de trabalhadores por conta própria (CP) informais, e uma elevação do contingente de formais: ao se comparar o 2.º trim./2020 com o mesmo trimestre de 2019, o primeiro segmento teve uma retração de 16,1%, e o segundo, um aumento de 21,8%. Esses comportamentos corroboram a compreensão de que os trabalhadores informais estão sendo mais atingidos pelos efeitos negativos da recessão econômica causada pela pandemia por Covid-19 e pela estiagem. No que diz respeito aos rendimentos, na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, possivelmente como uma decorrência do comportamento dos seus respectivos contingentes de trabalhadores, o rendimento médio real dos CP formais sofreu queda, enquanto o dos CP informais ficou praticamente estável.

Quanto à evolução recente dos trabalhadores por conta própria no RS, por categorias e características sociodemográficas selecionadas — gênero, idade, cor ou raça e níveis de instrução —, podem-se destacar os aspectos que seguem. No contexto da recessão econômica provocada pela pandemia por Covid-19 e pela estiagem, no 2.º trim./2020, houve uma intensa retração dos contingentes de CP informais e uma substancial ampliação dos contingentes de formais, em todos os recortes sociodemográficos adotados. Isso trouxe consigo uma mudança generalizada na composição da ocupação por categorias dos CP, na qual se ampliaram as parcelas relativas dos trabalhadores formais em todos os recortes sociodemográficos. Constatou-se, também, que a informalidade é relativamente maior entre os homens, as pessoas com 45 anos ou mais de idade, os indivíduos pretos e pardos e entre aqueles com ensino fundamental incompleto. O rendimento médio real evidenciou, na maior parte das diferentes características sociodemográficas, desempenho mais desfavorável entre os CP formais. A consequência desse fato foi a tendência de redução da desigualdade de rendimentos entre as categorias de trabalhadores por conta própria. Todavia, essa queda da desigualdade não pode ser reconhecida como virtuosa, pois está fundamentada, via de regra, em perdas relativamente mais intensas para os diferentes segmentos sociodemográficos de CP formais.

Na segunda seção, o foco é nos movimentos do emprego formal, ao longo dos oito primeiros meses de 2020, no Rio Grande do Sul, tomando como suporte as bases estatísticas da Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que assumiu as

atribuições do extinto Ministério do Trabalho. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram uma retração muito drástica do número de trabalhadores que integram esse segmento mais protegido do mercado de trabalho: entre janeiro e agosto, ele perdeu 3,5% do seu contingente, o que envolveu a extinção de 88,6 mil vínculos de emprego.

A evolução, ao longo do período, demonstra que o momento mais agudo dessa tendência ocorreu em abril, mês que respondeu sozinho pela eliminação de 79,3 mil postos. Os resultados negativos, porém, estenderam-se de março a junho. Em julho, houve um saldo muito próximo a zero, considerada a variação percentual, mas positivo; em agosto, voltou a ocorrer crescimento, ainda bastante tímido, porém mais significativo (0,30%).

O desempenho do emprego no RS, em agosto, foi o terceiro menos expressivo, em variação relativa, entre os Estados brasileiros, superando apenas Sergipe e Rio de Janeiro. Já em número de empregos criados no mês, ficou na 11.^a posição. Quando se considera o acumulado de janeiro a agosto, o resultado do mercado de trabalho gaúcho é o quinto pior, tomado o percentual, e o terceiro pior, no ordenamento das perdas absolutas. O Estado sofre as consequências da combinação dos efeitos da pandemia com os da severa estiagem que o atingiu no ano em curso.

Quando se analisam os grupos de trabalhadores mais atingidos pela retração do emprego formal, segundo atributos pessoais, constata-se que as adversidades penalizaram proporcionalmente mais, nesses oito primeiros meses de 2020, as mulheres, os trabalhadores menos escolarizados (ensino fundamental incompleto ou completo) e aqueles com idade igual ou superior aos 50 anos.

Setorialmente, as perdas foram mais intensas, até agosto, nas atividades terciárias: comércio (-5,5%) e serviços (-3,7%), frente a um resultado de 3,5% do emprego total. A indústria de transformação e a construção enfrentaram perdas um pouco mais brandas (-2,3% e -1,5% respectivamente), e a agropecuária, setor em que a ocupação não formalizada tem um peso bastante superior ao dos demais, manteve-se praticamente sem alteração (0,1%).

O exame das atividades em nível mais desagregado aponta que as maiores perdas absolutas de emprego, nesses dois primeiros quadrimestres de 2020, ocorreram nas seguintes divisões da Classifica-

ção Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): comércio varejista (-27 mil), preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-16,5 mil), alimentação (-16,1 mil), transporte terrestre (-6,2 mil) e alojamento (-4,9 mil). Os encolhimentos mais drásticos, em variação percentual, registraram-se em fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-31,3%), agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (-31,3%) e, uma vez mais, alojamento (-26,0%). Não é difícil associar esse rol de atividades à influência do distanciamento social, que sacrificou atividades especialmente dependentes da circulação das pessoas, como os serviços de alimentação e alojamento, transportes e operações turísticas.

Na contramão do resultado agregado negativo, destacaram-se por crescimento absoluto do emprego as seguintes divisões da CNAE: produtos do fumo (5,9 mil) — cabendo registrar que essa é uma atividade claramente sazonal, que costuma mostrar retração no segundo semestre —, atividades de atenção à saúde humana (3,5 mil), fabricação de produtos alimentícios (2,7 mil) e atividades dos serviços de tecnologia da informação (1,2 mil). Aqui, também, identificam-se segmentos que tiveram aumento de demanda em razão da emergência sanitária.

As perdas acumuladas entre janeiro e agosto de 2020 espalharam-se pelo território gaúcho. Oito das nove Regiões Funcionais chegaram ao final do período com resultados negativos. A exceção, a RF2, que abarca os Vales do Rio Pardo e Taquari, beneficiou-se estatisticamente da sazonalidade da cadeia do fumo. As retrações das demais RFs, no entanto, foram bastante diferenciadas, variando desde -0,4% na RF9, Norte, até -10,5% na RF4, Litoral Norte — resultado que também carrega a marca da sazonalidade, já que o emprego formal da região costuma ter no terceiro quadrimestre uma tendência de alta, relativamente aos oito primeiros meses do ano. O segundo pior resultado (-5,0%) ocorreu na RF1, que abrange a Região Metropolitana de Porto Alegre e responde por quase metade do emprego formal total do Rio Grande do Sul.

1 TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PANDEMIA

Nesta seção do Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, analisa-se o comportamento recente do mercado de trabalho do Estado até o 2.º trim./2020, utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas informações para as unidades da Federação têm frequência trimestral.

O período de cobertura desta seção foi marcado pela recessão econômica provocada pela pandemia por Covid-19 no âmbito tanto do País quanto do RS, bem como por uma intensa estiagem no Estado. De acordo com os dados mais recentes, o Produto Interno Bruto, na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, retraiu-se em 11,4% no País e em 17,1% no RS (INDICADORES IBGE, 2020; RIO GRANDE DO SUL, 2020). Esse desempenho macroeconômico negativo manifestou-se no âmbito do mercado de trabalho, dentre outros aspectos, por meio da queda acentuada do nível ocupacional e pela elevação da taxa de desocupação.

Além de aspectos básicos da trajetória recente do mercado de trabalho do RS, esta seção contempla, como tema especial, os trabalhadores por conta própria. A análise dessa posição na ocupação foi motivada pelo peso relativo que tem na estrutura ocupacional do Estado — cerca de 27,0% do total de ocupados no 2.º trim./2020 —, como, também, por ter uma representação relevante na informalidade¹, uma vez que corresponde a mais da metade dos ocupados desse segmento no RS. Isso é um indicativo de que se constitui em uma inserção na estrutura ocupacional caracterizada pela vulnerabilidade, uma vez que grande parte dos trabalhadores por conta própria não tem acesso a direitos e garantias legais. Tendo por referência esses aspectos, pretende-se (a) apresentar evidências a respeito da evolução recente dos trabalhadores por conta própria no RS, assim como (b) analisá-los através da sobreposição da segmentação for-

mal e/ou informal com características sociodemográficas selecionadas — gênero, idade, cor ou raça e níveis de instrução.

1.1 ASPECTOS BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO RECENTE

Um dos aspectos que mais se destacam no desempenho recente do mercado de trabalho do RS é a grande contração da oferta de trabalho (Gráfico 1.a). De acordo com o que se pode constatar, no contexto da pandemia por Covid-19, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² teve uma queda abrupta no 2.º trim./2020, de 5,0 pontos percentuais em relação ao 1.º trim./2020 e de 5,5 pontos percentuais em comparação ao mesmo trimestre de 2019 — em ambos os casos, as maiores retrações verificadas na série da PNAD Contínua, iniciada em 2012. Tal comportamento representou a saída, em cada uma das referências comparativas, de 408 mil e 461 mil pessoas da força de trabalho (FT), respectivamente, algo entre 6,7% e 7,5% do seu contingente total, e fez com que a TPFT atingisse o seu piso no RS. Um processo semelhante de contração da oferta de trabalho, todavia ainda mais intenso, ocorreu no âmbito do País, uma vez que a TPFT evidenciou retração de 5,7 pontos percentuais na comparação do 2.º trim./2020 com o primeiro trimestre deste mesmo ano e de 6,8 pontos percentuais em relação ao 2.º trim./2019 (Gráfico 1.b). A série temporal da TPFT no País também se encaminhou para o seu menor nível no 2.º trim./2020.

Outro indicador que verificou uma queda muito severa no RS, no 2.º trim./2020, foi o nível de ocupação (NO)³ — Gráfico 2.a. O NO registrou uma redução de 5,2 pontos percentuais na comparação do 2.º trim./2020 com o trimestre imediatamente anterior e de 5,7 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre de 2019, passando, também, a situar-se em seu menor nível na série da Pesquisa. Em cada uma dessas bases comparativas, o contingente de ocupados contraiu-se em 439 mil e 491 mil pessoas respectivamente. No âmbito do País, nas mesmas referências

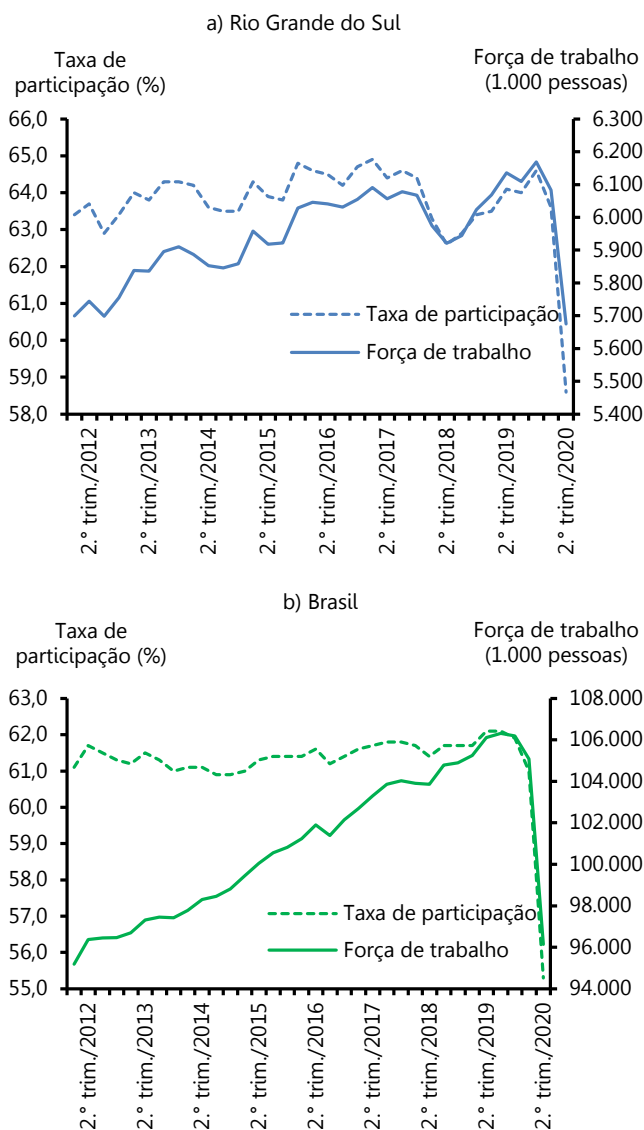
¹ De acordo com os critérios utilizados pelo IBGE e adotados nesta seção, integram a informalidade os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, os empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, os empregadores sem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), os trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ e os trabalhadores familiares auxiliares.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela população em idade de trabalhar, que corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade, e é expressa em termos percentuais.

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela população em idade de trabalhar, sendo expresso em termos percentuais.

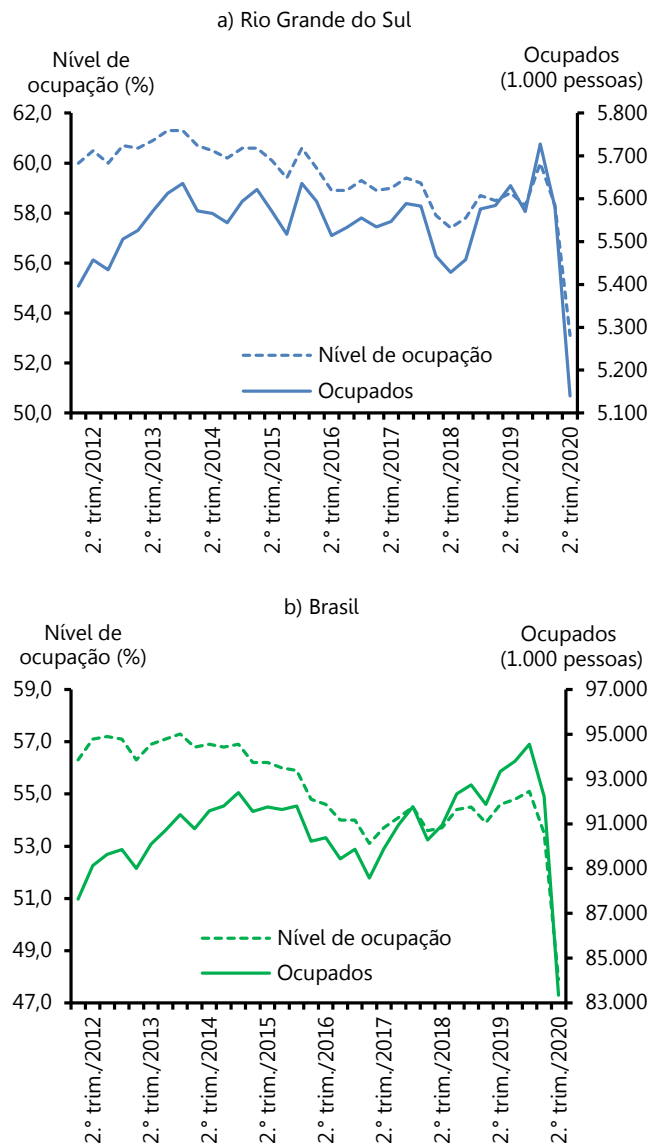
comparativas, o NO evidenciou retrações de 5,6 e 6,7 pontos percentuais respectivamente — em ambos os casos, portanto, um desempenho ainda mais negativo do que o do RS (Gráfico 2.b). Assinale-se, ainda, que, no País, o NO se situou em 47,9% no 2.º trim./2020, o que revela que menos da metade da população em idade de trabalhar estava ocupada, algo até então jamais verificado na série da PNAD Contínua relativa aos trimestres civis.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho e força de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-2.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

Gráfico 2 - Nível de ocupação e contingente de ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-2.º trim./2020

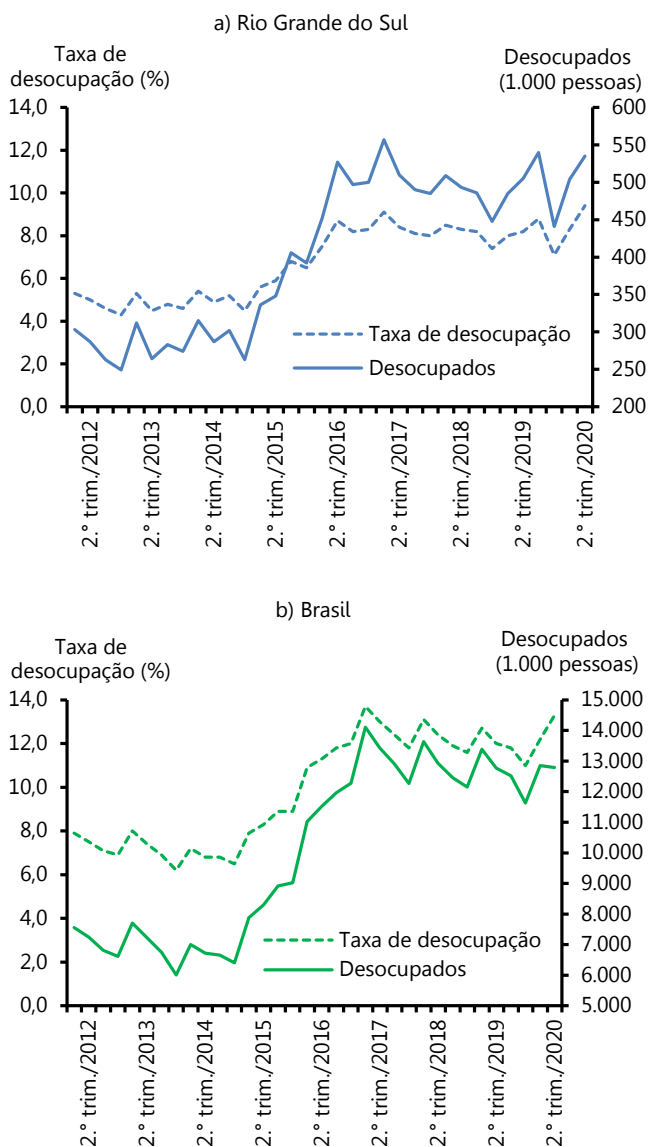


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

No contexto da crise econômica causada pela pandemia por Covid-19 e pela estiagem, a taxa de desocupação (TD) no RS teve um incremento acentuado (Gráfico 3.a). A TD elevou-se 1,1 ponto percentual no 2.º trim./2020 em relação ao 1.º trim./2020, e 1,2 ponto percentual frente ao 2.º trim./2019. Esse comportamento fez com que a TD no Estado atingisse, no 2.º trim./2020, o seu ponto máximo (9,4%), ultrapassando aquela que havia sido registrada no 1.º trim./2017 (9,1%). O contingente de desocupados, na primeira e na segunda referências comparativas acima descritas, teve incrementos de 31 mil e 30 mil pessoas respectivamente. Cabe destacar que o aumento da desocupação no RS foi determinado, exclusivamente,

pela retração do NO, uma vez que a TPFT, como há pouco mostrado, teve uma forte queda. Em realidade, a saída de pessoas da FT, apreendida pela redução daquele último indicador, arrefeceu muito o processo de aumento da desocupação. No plano da País, a TD elevou-se com intensidade próxima à do RS: 1,1 ponto percentual na comparação do 2.º trim./2020 com o trimestre imediatamente anterior e 1,3 ponto percentual em relação ao 2.º trim./2019 (Gráfico 3.b). Também nesse caso, o aumento da TD deveu-se exclusivamente à queda do NO, dado que houve uma intensa saída de pessoas da FT.

Gráfico 3 - Taxa de desocupação e contingente de desocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-2.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

De acordo com os recortes sociodemográficos da FT, a TD por gênero elevou-se mais no RS entre homens em relação às mulheres (Tabela 1.a): na comparação do 2.º trim./2020 com o 1.º trim./2020, no segmento masculino, a TD registrou acréscimo de 1,7 ponto percentual e, no segmento feminino, de 0,5 ponto percentual. Já na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, os incrementos foram de 1,7 ponto percentual entre os homens e de 0,6 ponto percentual entre as mulheres. O pior desempenho da TD masculina deveu-se, por um lado, à maior queda do NO: na comparação do 2.º trim./2020 contra o mesmo trimestre do ano anterior, esse indicador retraiu-se 6,0 pontos percentuais entre os homens e 5,5 pontos percentuais entre as mulheres; e, por outro, ao comportamento da TPFT, com menor redução entre os homens (-5,2 pontos percentuais) em relação às mulheres (-5,7 pontos percentuais). No que diz respeito ao recorte por idade da FT, os jovens de 15 a 29 anos tiveram um aumento acentuado da TD na comparação do 2.º trim./2020 com o 1.º trim./2020 (2,7 pontos percentuais). Ao se cotejar o 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, esse segmento evidencia ainda maior elevação da TD (3,2 pontos percentuais). Entre os idosos de 60 anos ou mais, cuja TD registra níveis muito inferiores aos dos outros grupos etários, esse indicador manteve-se praticamente estável na comparação do 2.º trim./2020 com o 1.º trim./2020 e apresentou um recuo em relação ao segundo trimestre do ano anterior (0,8 ponto percentual); este último deveu-se à retração da TPFT (-3,1 pontos percentuais), superior à do NO (-2,8 pontos percentuais). Segundo o recorte por níveis de instrução da FT, o aumento da TD foi generalizado entre os diferentes segmentos, podendo-se destacar o dos indivíduos com ensino superior incompleto, cujos acréscimos do indicador, nas duas referências temporais adotadas, foram de 1,6 e 3,4 pontos percentuais respectivamente. E, quanto ao recorte por cor ou raça da FT, tanto para pessoas brancas como para pretas e pardas, constata-se acréscimos da TD: para o primeiro segmento, o aumento foi de 1,3 ponto percentual nas duas referências comparativas aqui utilizadas, e, entre as pessoas pretas e pardas, os incrementos foram de 0,7 ponto percentual no cotejo do 2.º trim./2020 com o 1.º trim./2020 e de 1,4 ponto percentual em relação ao 2.º trim./2019.

No âmbito do País, a evolução da TD por características sociodemográficas no 2.º trim./2020, em relação ao 1.º trim./2020 e ao 2.º trim./2019, pode ser

assim resumida (Tabela 1.b): por sexo, esse indicador elevou-se mais entre os homens; por idade, o segmento que evidenciou o maior acréscimo da TD foi o de jovens de 15 a 29 anos; por níveis de instrução, os maiores incrementos foram verificados nos segmentos com ensino fundamental completo e com ensino médio incompleto; e, de acordo com a raça ou cor, entre as pessoas pretas e pardas.

Tabela 1 - Taxa de desocupação por características sociodemográficas no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2.º trim./2019, 1.º trim./2020 e 2.º trim./2020

a) Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	2.º trim./2020 (%)		
	2.º TRIM/2019	1.º TRIM/2020	2.º TRIM/2020
Total	8,2	8,3	9,4
Homens	6,7	6,7	8,4
Mulheres	10,0	10,1	10,6
De 15 a 29 anos	16,0	16,5	19,2
De 30 a 44 anos	6,1	6,5	8,1
De 45 a 59 anos	4,7	4,5	5,1
60 anos ou mais	3,5	2,5	2,7
Fundamental incompleto	8,4	9,0	9,3
Fundamental completo	11,7	10,1	12,4
Médio incompleto	16,7	14,3	17,1
Médio completo	8,2	8,4	10,0
Superior incompleto	7,6	9,4	11,0
Superior completo	3,4	3,7	4,4
Branços	7,2	7,2	8,5
Pretos e pardos	12,4	13,1	13,8

b) Brasil

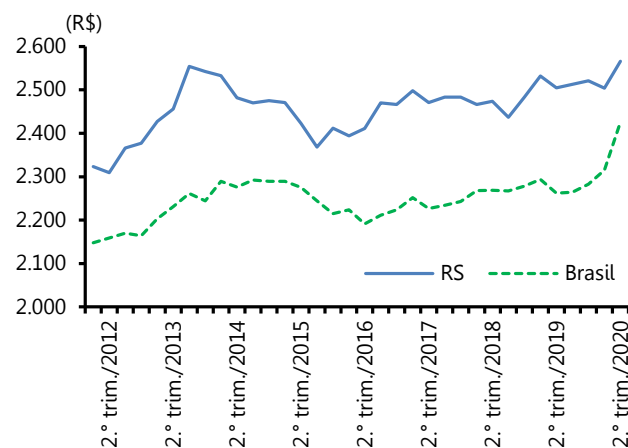
DISCRIMINAÇÃO	2.º trim./2020 (%)		
	2.º TRIM/2019	1.º TRIM/2020	2.º TRIM/2020
Total	12,0	12,2	13,3
Homens	10,3	10,4	12,0
Mulheres	14,1	14,5	14,9
De 15 a 29 anos	22,4	23,1	25,1
De 30 a 44 anos	9,1	9,3	10,7
De 45 a 59 anos	6,8	7,2	8,2
60 anos ou mais	4,8	4,4	4,8
Fundamental incompleto	11,1	11,3	12,9
Fundamental completo	13,9	13,8	15,8
Médio incompleto	20,5	20,4	22,4
Médio completo	13,6	14,1	15,3
Superior incompleto	14,1	14,0	15,8
Superior completo	6,1	6,3	6,4
Branços	9,5	9,8	10,4
Pretos e pardos	14,1	14,2	15,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

O comportamento do rendimento médio real dos ocupados no RS, no período recente, é um tanto surpreendente, uma vez que aponta, no contexto da recessão causada pela pandemia e pela estiagem, que

esse indicador se elevou (Gráfico 4)⁴. Todavia, a sua variação no 2.º trim./2020, seja em comparação ao 1.º trim./2020, seja em relação ao 2.º trim./2019, não tem significância estatística, o que indica a estabilidade do mesmo (IBGE, 2020a). Quanto ao comportamento do rendimento médio real dos ocupados no País, no mesmo período, esse parece semelhante ao do RS, mas, neste caso, os incrementos tiveram significância estatística: 4,8% na comparação do 2.º trim./2020 com o 1.º trim./2020 e 7,3% quando se coteja o 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019. Uma conjectura para tentar explicar esse incremento do rendimento médio real é a de que os ocupados mais atingidos pela recessão econômica talvez sejam aqueles de baixos rendimentos; assim, se os que permaneceram ocupados possuem rendimentos relativamente maiores, isto traz consigo o efeito estatístico de acréscimo do rendimento médio real acima descrito.

Gráfico 4 - Rendimento médio real dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-2.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

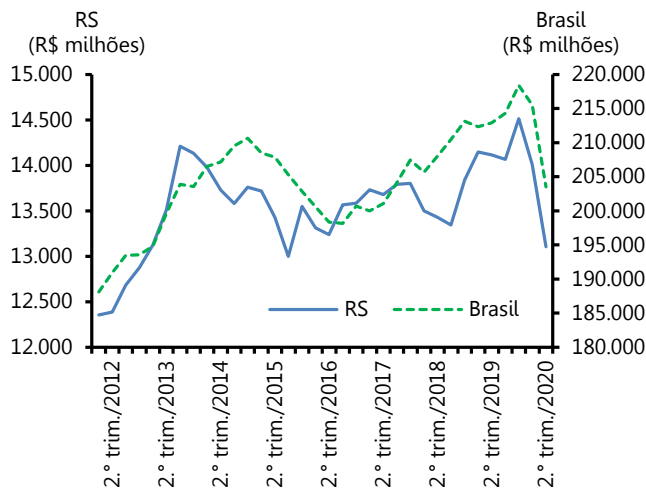
Nota: 1. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2020.

Quanto à massa de rendimento real dos ocupados no RS, esta intensificou, no 2.º trim./2020, o movimento descendente iniciado no trimestre imediatamente anterior (Gráfico 5). Nesse sentido, esse indicador registrou uma retração de 6,5% na comparação com o 1.º trim./2020 e de 7,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A esse respeito, um processo muito semelhante foi verificado no plano nacional, ainda que menos intenso: nas mesmas referências comparativas, a massa de rendimento médio real teve

⁴ Por se tratar do rendimento médio real habitual do trabalho principal dos ocupados, este não contém rendimentos de outras fontes, como o Auxílio Emergencial, instituído pelo Governo Federal em abril de 2020.

retrações de 5,6% e de 4,4% respectivamente. Registre-se, também, que essas foram as maiores variações negativas desse indicador em toda a série da PNAD Contínua, tanto no Estado quanto no País. Essa grande retração da massa de rendimento real foi causada, exclusivamente, pela queda do contingente de ocupados, uma vez que não houve, no período, redução do rendimento médio real.

Gráfico 5 - Massa de rendimento real dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-2.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).
Nota: Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

1.2 TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO RIO GRANDE DO SUL: EVOLUÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

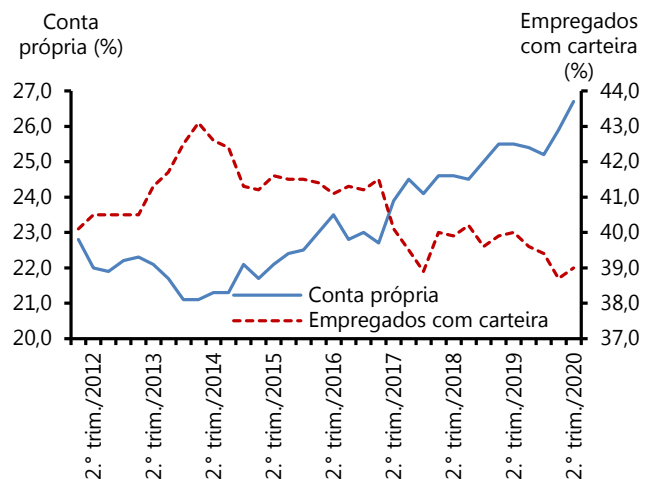
Nesta subseção do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** apresentam-se evidências empíricas sobre a posição na ocupação de conta própria no Estado. Como destacado na introdução da seção 1, os trabalhadores por conta própria (CP) representam mais de um quarto do total de ocupados do RS, assim como se constituem no segmento de maior peso relativo entre os trabalhadores informais. Nesse sentido, estão entre os mais intensamente atingidos pela recessão econômica causada pela pandemia por Covid-19, conforme tem sido reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ILO, 2020).

A OIT define essa posição na ocupação como correspondendo àqueles que “[...] trabalhando por conta própria ou com um ou mais sócios, têm o tipo de trabalho definido como ‘autônomo’ (*self-employment jobs*) [...] e não têm nenhum empregado

contratado de forma contínua para trabalhar para eles” (ILO, 2016, p. 62, tradução nossa).

No RS, a parcela relativa de trabalhadores por conta própria na ocupação total atingiu o seu piso na série temporal da PNAD Contínua no 4.º trim./2013, quando se situou em 21,1% (Gráfico 6), o que correspondia a 1.191 mil pessoas. Posteriormente, esse segmento ingressou em uma trajetória ascendente, tendo atingido 26,7% da ocupação total no 2.º trim./2020, com um contingente de ocupados de 1.371 mil de pessoas. É muito interessante perceber que esse processo foi coetâneo ao de redução da parcela relativa de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, que passou de 43,1% do total de ocupados no 1.º trim./2014 para 39,0% no 2.º trim./2020⁵. Assim, há indícios de que o contexto da recessão econômica, em 2015 e 2016, de lenta recuperação da atividade econômica, de 2017 a 2019, e de crise econômica, em 2020, está provocando uma mudança no padrão de inserção da FT na estrutura ocupacional do Estado, na qual ocorre ampliação do trabalho por conta própria e, concomitantemente, redução do emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado.

Gráfico 6 - Parcelas relativas de trabalhadores por conta própria e de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-2.º trim./2020



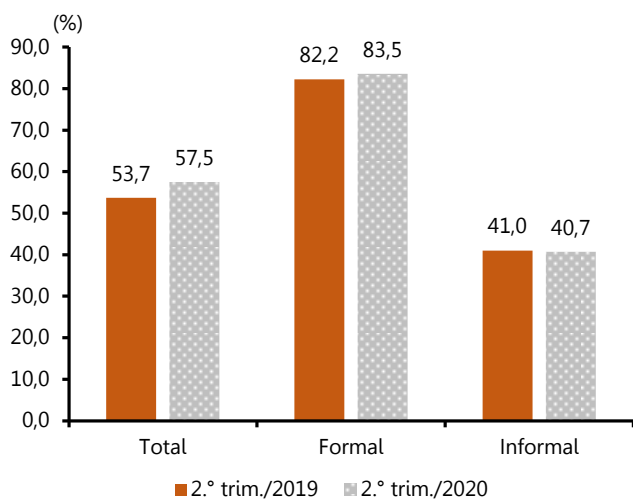
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

Uma característica que se destaca a respeito dos trabalhadores por conta própria é a elevada informalidade. Adotando-se o critério utilizado pelo IBGE, de

⁵ O coeficiente de correlação linear entre as parcelas relativas de trabalhadores CP e de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, no RS, no período do 1.º trim./2012 ao 2.º trim./2020, é de -0,85.

reconhecer como informais os CP que não possuem registro no CNPJ, estes representavam, no 2.º trim./2020, 52,5% do total de ocupados informais do Estado, praticamente o dobro do peso relativo do total de trabalhadores por conta própria na estrutura ocupacional. Uma das decorrências da informalidade é a de que grande parte dos CP vê limitada a sua possibilidade de acesso a direitos e garantias legais, como, por exemplo, a aposentadoria por idade, o auxílio-doença e o salário-maternidade. Nesse sentido, conforme se pode constatar no Gráfico 7, 57,5% dos CP do Estado contribuíram para instituto de previdência no 2.º trim./2020, parcela relativa superior à verificada no 2.º trim./2019. Todavia, quando se segmentam os CP entre formais e informais, revela-se, nas referências comparativas que constam no Gráfico 7, que não mais de 41,0% dos informais contribuíram para instituto de previdência, parcela relativa inferior à metade da observada entre os formais.

Gráfico 7 - Parcelas relativas de trabalhadores por conta própria, por categorias, que contribuem para instituto de previdência no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

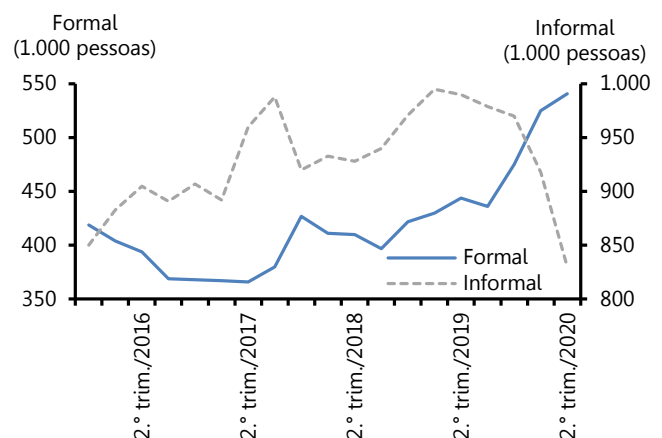
Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

A evolução dos contingentes de trabalhadores por conta própria formais e informais no RS foi claramente díspar desde o 2.º trim./2019, com uma intensificação das diferenças entre ambos nos dois primeiros trimestres de 2020 (Gráfico 8)⁶. Assim, ao se cotejar o 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, o segmento formal registrou um aumento expressivo (21,8%), enquanto o informal teve um decréscimo acentuado

⁶ A informação relativa ao CNPJ entre os trabalhadores por conta própria, que permite segmentá-los por categorias, está disponível na PNAD Contínua a partir do 4.º trim./2015.

(-16,1%). Nessa referência comparativa, esses movimentos corresponderam a um incremento de 97 mil CP formais e a um decréscimo de 160 mil CP informais, corroborando a percepção de que os informais estão sendo atingidos de maneira mais negativa pela recessão provocada pela pandemia por Covid-19. Devido a esses movimentos, a parcela relativa de CP informais no total de ocupados por conta própria no RS reduziu-se de 69,0% no 2.º trim./2019 para 60,5% no 2.º trim./2020.

Gráfico 8 - Trabalhadores por conta própria, por categorias, no Rio Grande do Sul — 4.º trim./2015-2.º trim./2020



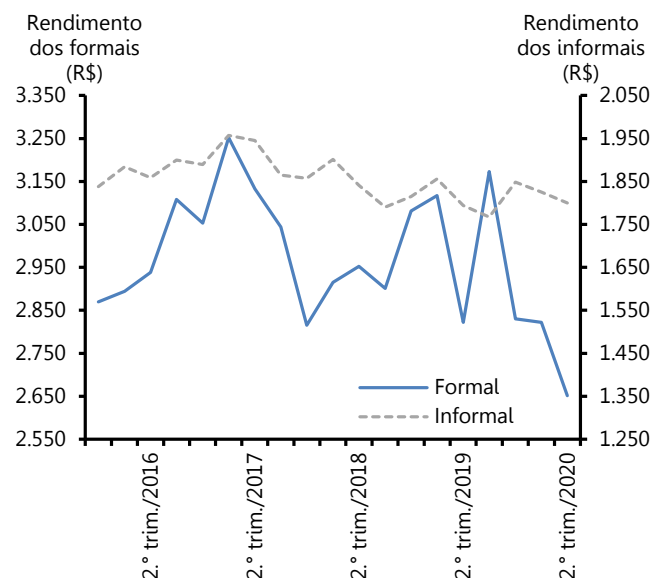
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

Uma sugestão de interpretação desse aumento expressivo do contingente de trabalhadores por conta própria formais no RS em 2020, em plena recessão econômica, pode ser então elaborada. Essa interpretação tem por referência a grande retração do emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado do Estado, de 249 mil pessoas, na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019. Nesse sentido, a conjectura é a de que pelo menos parte dos que perderam o seu emprego no setor privado tenha buscado se tornar CP formal, como uma estratégia de sobrevivência no contexto recessivo, o que contribuiu para aumentar o contingente de ocupados dessa categoria no período sob análise.

O rendimento médio real dos CP informais ficou estável, quando se compara o 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, e o dos CP formais registrou redução (-6,1%) — Gráfico 9. Como interpretação tentativa, sugere-se que a evolução dos rendimentos dos CP formais deve ter sido influenciada negativamente pelo grande acréscimo de trabalhadores ao seu contingente no período recente. Os comportamentos acima descritos, embora não positivos, fizeram com que houvesse

uma redução da desigualdade de rendimentos entre as duas categorias de trabalhadores por conta própria: o rendimento médio real dos informais, que correspondia a 63,6% ao dos formais no 2.º trim./2019 passou a representar 67,9% no 2.º trim./2020.

Gráfico 9 - Rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria, por categorias, no Rio Grande do Sul — 4.º trim./2015-2.º trim./2020



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020a).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2020.

Passa-se, a seguir, a analisar os trabalhadores por conta própria do RS no período recente, sobrepondo à segmentação formal/informal **características sociodemográficas** selecionadas — gênero, idade, cor ou raça e níveis de instrução.

De acordo com o recorte de **gênero**, a evolução do contingente de trabalhadores por conta própria informais no RS foi desfavorável tanto para homens quanto para mulheres, sendo a retração entre as últimas a mais intensa (Tabela 2). Nesse sentido, ao se cotejar o 2.º trim./2020 com o mesmo trimestre de 2019, constata-se que o desempenho do contingente de CP informais foi pior, tanto para homens quanto para mulheres, mas a situação mostrou-se mais adversa para as últimas: as variações negativas foram de 23,9% entre as mulheres e de 12,2% entre os homens. Em sentido antagônico, o segmento de CP formais registrou incrementos substanciais para ambos os sexos (24,2% entre os homens e 18,1% entre as mulheres). No que diz respeito às trabalhadoras por conta própria informais, estas, devido à suspensão das atividades escolares durante a pandemia, provavelmente foram sobrecarregadas com os

trabalhos de cuidados de crianças, o que limitou ainda mais as condições de manutenção de suas ocupações. O processo acima descrito trouxe consigo uma mudança na composição por categorias do contingente de trabalhadores por conta própria, tanto para homens quanto para mulheres: entre os primeiros, o segmento de informais reduziu-se de 70,7% no 2.º trim./2019 para 63,0% no 2.º trim./2020, e entre as últimas, de 65,9% para 55,5% (Tabela 3).

Tabela 2 - Trabalhadores por conta própria, por categorias e sexo, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM/2019 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total	444	990
Homens	273	659
Mulheres	171	331
DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM/2020 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total	541	830
Homens	339	578
Mulheres	202	252
DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM/2020 2º TRIM/2019 (%)	
	Formal	Informal
Total	21,8	-16,1
Homens	24,2	-12,3
Mulheres	18,1	-23,9

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

Tabela 3 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria, por categorias e sexo, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	2º TRIM/2019		2º TRIM/2020		(%)
	Formal	Informal	Formal	Informal	
Total					
Formal	30,9	39,5			
Informal	69,1	60,5			
Homens					
Formal	29,3	37,0			
Informal	70,7	63,0			
Mulheres					
Formal	34,1	44,5			
Informal	65,9	55,5			

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

Para ambos os sexos, o desempenho do rendimento médio real foi mais desfavorável entre os traba-

lhadores por conta própria formais *vis-à-vis* aos informais, possivelmente como uma decorrência da evolução dos seus respectivos contingentes, uma vez que o incremento dos CP formais deve ter exercido uma pressão negativa sobre o indicador em análise (Tabela 4). No cotejo do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, as reduções do rendimento médio real dos CP formais foram de 9,1% entre as mulheres e de 5,0% entre os homens; para os informais, nessa referência comparativa, os rendimentos sofreram leves oscilações. Dados esses movimentos, o rendimento médio real dos homens CP informais, como proporção ao dos formais, passou de 64,5% no 2.º trim./2019 para 67,0% no 2.º trim./2020; entre as mulheres, nessa mesma referência comparativa, o rendimento médio real das CP informais como proporção ao das formais elevou-se de 59,0% para 65,2%. Cabe destacar que essa redução da desigualdade de rendimentos entre as duas categorias de trabalhadores por conta própria, para ambos os sexos, não foi o resultado de movimentos positivos dos rendimentos, mas, sim, deveu-se às perdas mais acentuadas verificadas no segmento formal.

Tabela 4 - Rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria, por categorias e sexo, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM./2019 (R\$)	
	Formal	Informal
Total	2.822	1.794
Homens	3.091	1.986
Mulheres	2.392	1.412

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM./2020 (R\$)	
	Formal	Informal
Total	2.651	1.800
Homens	2.935	1.967
Mulheres	2.175	1.419

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM./2020 2º TRIM./2019 (%)	
	Formal	Informal
Total	-6,1	0,3
Homens	-5,0	-1,0
Mulheres	-9,1	0,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

3. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2020.

Quanto ao recorte por **idade** dos trabalhadores por conta própria no RS, ao se comparar o 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, constata-se, como regra, que as disparidades de desempenho entre os CP formais e os informais no RS mostram-se substanciais, no sentido de que todos os grupos etários dos primeiros registraram acréscimos relevantes, enquanto todos os grupos etários dos últimos tiveram retrações em seus contingentes de ocupados (Tabela 5). No caso dos formais, foram expressivos os incrementos dos CP adultos de 30 a 44 anos (25,8%) e daqueles de 45 anos ou mais (22,4%); entre os informais, destaca-se a intensa contração verificada entre os CP jovens de 15 a 29 anos (-29,4%). Como decorrência desses comportamentos, ocorreram mudanças acentuadas na composição dos grupos etários dos CP por categorias, todas elas no sentido de retração dos segmentos de informais (Tabela 6): ao se comparar o 2.º trim./2020 com o mesmo trimestre de 2019, entre os jovens de 15 a 29 anos, houve redução de 9,5 pontos; entre os adultos de 30 a 44 anos, retração de 9,6 pontos percentuais; e, para o grupo etário de 45 anos ou mais, queda de 7,4 pontos percentuais.

Tabela 5 - Trabalhadores por conta própria, por categorias e idade, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM./2019 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total (1)	444	990
De 15 a 29 anos	58	143
De 30 a 44 anos	163	294
45 anos ou mais	223	552

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM./2020 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total (1)	541	830
De 15 a 29 anos	63	101
De 30 a 44 anos	205	248
45 anos ou mais	273	481

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM./2020 2º TRIM./2019 (%)	
	Formal	Informal
Total (1)	21,8	-16,1
De 15 a 29 anos	8,6	-29,4
De 30 a 44 anos	25,8	-15,6
45 anos ou mais	22,4	-12,9

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

(1) Inclui pessoas de 14 anos.

Tabela 6 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria, por categorias e idade, no Rio Grande dos Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	2.º TRIM/2019 e 2.º TRIM/2020 (%)	
	2º TRIM/2019	2º TRIM/2020
Total (1)		
Formal	31,0	39,5
Informal	69,0	60,5
De 15 a 29 anos		
Formal	28,9	38,4
Informal	71,1	61,6
De 30 a 44 anos		
Formal	35,7	45,3
Informal	64,3	54,7
45 anos ou mais		
Formal	28,8	36,2
Informal	71,2	63,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

(1) Inclui pessoas de 14 anos.

No que se refere à evolução do rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria dos grupos etários, podem-se ressaltar a disparidade entre categorias, nos casos dos jovens de 15 a 29 anos e do segmento de 45 anos ou mais, e a intensidade da queda entre os adultos formais de 30 a 44 anos (Tabela 7). Assim, na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, entre os jovens, constata-se uma retração do rendimento médio real dos informais de 7,1%, enquanto entre os formais esse indicador teve incremento de 6,9%; já no grupo etário de 45 anos ou mais, entre os informais, o rendimento médio real registrou uma variação positiva de 3,1% e, entre os formais, uma oscilação negativa de 1,6%; assinala-se, ainda, a intensa retração do rendimento médio real do segmento formal de 30 a 44 anos (-16,0%). Como resultado desses comportamentos, na comparação do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, o rendimento médio real dos CP jovens de 15 a 29 anos informais, como proporção ao dos formais, reduziu-se de 75,3% para 65,5%; no segmento de adultos de 30 a 44 anos, elevou-se de 68,0% para 78,1%; e, no grupo etário de 45 anos ou mais, aumentou levemente, de 59,7% para 62,5%.

Tabela 7 - Rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria, por categorias e idade, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM/2019 (R\$)	
	Formal	Informal
Total (1)	2.822	1.794
De 15 a 29 anos	1.933	1.457
De 30 a 44 anos	2.907	1.977
45 anos ou mais	2.990	1.784

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM/2020 (R\$)	
	Formal	Informal
Total (1)	2.651	1.800
De 15 a 29 anos	2.067	1.353
De 30 a 44 anos	2.442	1.906
45 anos ou mais	2.943	1.839

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM/2020 2º TRIM/2019 (%)	
	Formal	Informal
Total (1)	-6,1	0,3
De 15 a 29 anos	6,9	-7,1
De 30 a 44 anos	-16,0	-3,6
45 anos ou mais	-1,6	3,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

3. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2020.

(1) Inclui pessoas de 14 anos.

Segmentando-se os trabalhadores por conta própria do RS por **cor ou raça**, o desempenho recente dos seus contingentes de ocupados pode ser assim sintetizado (Tabela 8). Na comparação do 2.º trim./2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, entre as pessoas brancas, foi muito intenso o incremento dos CP formais (23,4%), bem como a retração dos informais (-17,0%); para as pessoas pretas e pardas, o comportamento foi semelhante — mas com intensidade distinta — a cada uma das categorias de CP: acréscimo de 11,1% entre os formais e retração de 10,5% entre os informais. Em termos de composição dos trabalhadores por conta própria, por cor ou raça e categorias, no 2.º trim./2020 frente ao 2.º trim./2019, entre os indivíduos brancos, ocorreu uma retração do segmento informal de 9,3 pontos percentuais e, entre os pretos e pardos, de 3,8 pontos percentuais (Tabela 9). Pode-se, ainda, destacar que, entre os CP pretos e pardos, no 2.º trim./2020, cerca de três quartos eram informais, proporção muito superior à verificada no segmento de brancos.

Tabela 8 - Trabalhadores por conta própria, por categorias e cor ou raça, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM/2019 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total (1)	444	990
Branco	397	812
Pretos e pardos	45	172

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM/2020 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total (1)	541	830
Branco	490	674
Pretos e pardos	50	154

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM/2020 2º TRIM/2019 (%)	
	Formal	Informal
Total (1)	21,8	-16,1
Branco	23,4	-17,0
Pretos e pardos	11,1	-10,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

(1) Inclui indivíduos amarelos, indígenas e pessoas cuja cor ou raça é ignorada.

Tabela 9 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria, por categorias e cor ou raça, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	2º TRIM/2019		2º TRIM/2020	
Total (1)				
Formal	31,0		39,5	
Informal	69,0		60,5	
Branco				
Formal	32,8		42,1	
Informal	67,2		57,9	
Pretos e pardos				
Formal	20,7		24,5	
Informal	79,3		75,5	

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

(1) Inclui indivíduos amarelos, indígenas e pessoas cuja cor ou raça é ignorada.

No recorte demográfico dos trabalhadores por conta própria ora analisado, constata-se que o rendimento médio real também evoluiu de maneira mais desfavorável para os ocupados formais (Tabela 10). Ao se comparar o 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, a queda do rendimento médio real foi mais intensa para os CP formais de cor preta e parda (-10,4%) do que entre os informais (-7,2%); e, para os de cor branca, houve disparidade de comportamento do rendi-

mento médio real: retração para os CP formais (-6,0%) e leve acréscimo para os CP informais (2,3%). Com base nesses movimentos, entre os CP brancos, o rendimento médio real dos informais, como proporção ao dos formais, passou de 65,9% para 67,9%; entre as pessoas pretas e pardas, essa proporção avançou de 54,7% para 56,7%. Em ambos os grupos populacionais, portanto, houve uma leve redução da desigualdade de rendimentos entre as categorias, mas esta não foi baseada em mudanças positivas do indicador sob análise.

Tabela 10 - Rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria, por categorias e cor ou raça, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM/2019 (R\$)	
	Formal	Informal
Total (1)	2.822	1.794
Branco	2.870	1.890
Pretos e pardos	2.437	1.333

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM/2020 (R\$)	
	Formal	Informal
Total (1)	2.651	1.800
Branco	2.699	1.933
Pretos e pardos	2.183	1.237

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM/2020 2º TRIM/2019 (%)	
	Formal	Informal
Total (1)	-6,1	0,3
Branco	-6,0	2,3
Pretos e pardos	-10,4	-7,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

3. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2020.

(1) Inclui indivíduos amarelos, indígenas e pessoas cuja cor ou raça é ignorada.

Segundo a característica sociodemográfica **níveis de instrução**, ratifica-se, uma vez mais, que o desempenho do contingente de trabalhadores por conta própria foi muito mais adverso, na maioria dos segmentos, na categoria de informais (Tabela 11). Tomando-se a referência comparativa que tem sido adotada nesta parte do trabalho (2.º trim./2020 frente ao 2.º trim./2019), para os diferentes níveis de instrução, a evolução dos contingentes de CP informais é, generalizadamente, negativa, e a dos formais, positiva. Os

segmentos que mais se destacam entre os CP informais foram os com ensino fundamental completo e com superior incompleto, cujas retrações foram de 21,8% e de 22,7% respectivamente; entre os formais, chama atenção a ampliação dos CP com ensino superior incompleto (53,7%). A composição da ocupação dos trabalhadores por conta própria, por categorias e níveis de instrução, com base nas mudanças acima descritas, evidenciou retrações generalizadas do peso relativo dos informais (Tabela 12). Ao se comparar o 2.º trim./2020 com o 1.º trim./2019, a maior redução ocorreu no segmento com ensino superior incompleto (16,7 pontos percentuais), e a menor, no com ensino médio completo (4,4 pontos percentuais).

Tabela 11 - Trabalhadores por conta própria, por categorias e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM/2019 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total (1)	444	999
Fundamental incompleto	98	418
Fundamental completo ...	40	124
Médio incompleto	19	51
Médio completo	135	231
Superior incompleto	41	44
Superior completo	106	111

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTE NO 2º TRIM/2020 (1.000 pessoas)	
	Formal	Informal
Total (1)	541	830
Fundamental incompleto	124	344
Fundamental completo ...	50	97
Médio incompleto	26	41
Médio completo	144	205
Superior incompleto	63	34
Superior completo	132	98

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM/2020 2º TRIM/2019 (%)	
	Formal	Informal
Total (1)	21,8	-16,1
Fundamental incompleto	26,5	-17,7
Fundamental completo ...	25,0	-21,8
Médio incompleto	36,8	-19,6
Médio completo	6,7	-11,3
Superior incompleto	53,7	-22,7
Superior completo	24,5	-11,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

(1) Inclui pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo.

Tabela 12 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria, por categorias e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	2º TRIM/2019	2º TRIM/2020
Total (1)		
Formal	31,0	39,5
Informal	69,0	60,5
Fundamental incompleto		
Formal	19,0	26,5
Informal	81,0	73,5
Fundamental completo		
Formal	24,4	34,0
Informal	75,6	66,0
Médio incompleto		
Formal	27,1	38,8
Informal	72,9	61,2
Médio completo		
Formal	36,9	41,3
Informal	63,1	58,7
Superior incompleto		
Formal	48,2	64,9
Informal	51,8	35,1
Superior completo		
Formal	48,8	57,4
Informal	51,2	42,6

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: Elaborado com os microdados da Pesquisa.

(1) Inclui pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo.

A evolução do rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria no RS evidencia que o desempenho foi relativamente pior, na maioria dos níveis de instrução, entre os formais. (Tabela 13). No cotejo do 2.º trim./2020 com o 2.º trim./2019, os desempenhos que mais se destacam podem ser assim descritos: entre os formais, a redução do rendimento médio real entre os CP com ensino superior incompleto (-36,1%); entre os informais, a queda desse indicador entre os CP com ensino superior completo (-7,9%); o desempenho positivo do rendimento médio real dos CP formais com ensino superior completo (9,1%) e o dos informais com ensino fundamental completo (23,4%). Valendo-se da referência comparativa que está sendo adotada, constata-se que, em cinco dos seis níveis de instrução, houve avanço do rendimento médio real dos CP informais como proporção ao dos formais, sendo exceção o segmento com ensino superior completo. O maior destaque é o dos trabalhadores por conta própria informais com ensino fundamental completo, cujo rendimento médio real, no 2.º trim./2020, passou a se situar 4,6% acima daquele registrado entre os formais.

Tabela 13 - Rendimento médio real dos trabalhadores por conta própria, por categorias e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2019 e 2.º trim./2020

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM/2019 (R\$)	
	Formal	Informal
Total (1)	2.822	1.794
Fundamental incompleto ...	1.857	1.474
Fundamental completo	2.326	1.667
Médio incompleto	1.945	1.341
Médio completo	2.348	1.802
Superior incompleto	4.005	2.233
Superior completo	4.251	3.213

DISCRIMINAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO REAL NO 2º TRIM/2020 (R\$)	
	Formal	Informal
Total (1)	2.651	1.800
Fundamental incompleto ...	1.585	1.426
Fundamental completo	1.966	2.057
Médio incompleto	1.750	1.518
Médio completo	2.222	1.792
Superior incompleto	2.560	2.116
Superior completo	4.636	2.959

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE VARIAÇÃO 2º TRIM/2020 2º TRIM/2019 (%)	
	Formal	Informal
Total (1)	-6,1	0,3
Fundamental incompleto ...	-14,6	-3,3
Fundamental completo	-15,5	23,4
Médio incompleto	-10,0	13,2
Médio completo	-5,4	-0,6
Superior incompleto	-36,1	-5,2
Superior completo	9,1	-7,9

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020b).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

3. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2020.

(1) Inclui pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo.

Como **síntese** da evolução recente dos CP por categorias e características sociodemográficas no RS, os aspectos que seguem podem ser elencados. No contexto da recessão econômica provocada pela pandemia por Covid-19 e pela estiagem, no 2.º trim./2020, houve uma intensa retração dos contingentes de trabalhadores por conta própria informais e uma substancial ampliação dos contingentes de formais em todos os recortes sociodemográficos adotados. Isso trouxe consigo uma mudança generalizada na composição da ocupação por categorias dos CP, na qual se ampliaram as parcelas relativas dos trabalha-

dores formais. Constatou-se, também, que a informalidade é relativamente maior entre homens, pessoas com 45 anos ou mais de idade, indivíduos pretos e pardos e entre aqueles com ensino fundamental incompleto. O rendimento médio real evidenciou, na maior parte das diferentes características sociodemográficas, desempenho mais desfavorável entre os CP formais. A consequência desse fato foi a tendência de redução da desigualdade de rendimentos entre as categorias de trabalhadores por conta própria. Todavia, essa queda da desigualdade não pode ser reconhecida como virtuosa, pois foi fundamentada, via de regra, em perdas relativamente mais intensas para os diferentes segmentos sociodemográficos de trabalhadores por conta própria formais.

2 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO SUL, DE JANEIRO A AGOSTO DE 2020

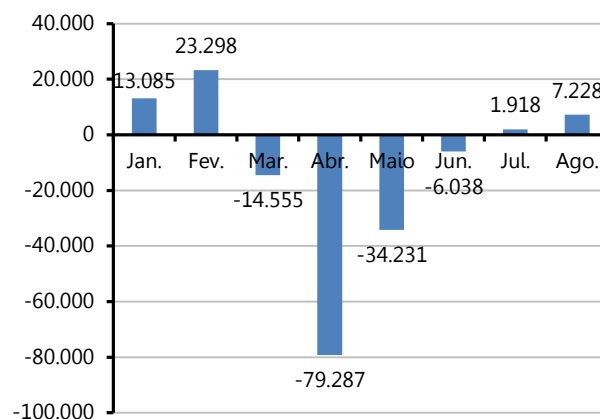
Apresentados, na seção anterior, os principais movimentos que, até este ponto, caracterizam o mercado de trabalho gaúcho no corrente ano — em que uma adversidade climática recorrente, a estiagem, e um evento extraordinário, a pandemia por Covid-19, incidem sobre um quadro econômico que já se caracterizava pelo escasso dinamismo —, a presente seção concentra-se no segmento formal desse mercado. Tomam-se como suporte os dados do Novo Caged⁷, sistematizados e divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (sucadâneo do extinto Ministério do Trabalho), vinculada ao Ministério da Economia.

Essa série avança, neste momento, até agosto último, mês em que, no Rio Grande do Sul, ocorreu um saldo positivo (no cômputo entre admissões e desligamentos) de 7.228 empregos, que significou uma variação de 0,30% no número total de empregados formais do Estado, em relação ao mês anterior, o qual, por sua vez, também havia registrado uma tênue expansão, próxima a zero (0,08%). Em julho, o mercado formal do RS havia produzido um saldo de 1.918 postos (Gráfico 10). Esses dois resultados mais recentes estão longe de alterar a tônica de um ano que, até aqui, acumula severa retração das oportunidades de trabalho com registro legal. No arco de 1.º de janeiro a 31 de agosto, o total de empregados formais do Estado diminuiu 3,53%, com os desligamentos superando as admissões em 88.582.

O ano iniciou com dois resultados mensais positivos, tendência revertida já em março, mês em que a emergência sanitária se instalou inequivocamente. O fechamento de postos de trabalho intensificou-se e atingiu o seu auge em abril, mês em que, isoladamente, se registrou a eliminação de 79,3 mil empregos formais. Nos dois meses seguintes, a intensidade da

contração abrandou-se progressivamente, até que se atingiu, no último bimestre disponível, esse pálido retorno às variações mensais positivas.

Gráfico 10 - Variação absoluta do emprego formal no Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020



Fonte: Brasil (2020).

Uma curva muito semelhante desenha-se para o agregado nacional, que ostenta os mesmos “sinais” — positivos ou negativos — que o RS, em cada um dos oito primeiros meses deste ano, porém com quedas relativamente mais brandas entre março e junho e uma recuperação um pouco mais robusta nos meses de julho e agosto.⁸ O Brasil acumula, nos dois primeiros quadrimestres de 2020, uma contração de 2,2% de seu estoque de empregos formais.

2.1 OS RESULTADOS DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NOS ESTADOS

Como se pode verificar na Tabela 14, a variação percentual do emprego formal no Rio Grande do Sul, em agosto, foi a terceira menos expressiva entre as unidades da Federação (UFs), superando apenas Sergipe e Rio de Janeiro. No número de empregos criados no mês, o Estado ficou na 11.ª posição. Quando se considera o acumulado de janeiro a agosto, o desempenho do mercado de trabalho gaúcho é o quinto pior, quando se trata da variação percentual, e o ter-

⁷ O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que, há décadas, permite acompanhar de modo bastante tempestivo as admissões e os desligamentos de trabalhadores formais, oferecendo um amplo leque de informações sobre os indivíduos contratados e demitidos, sobre os vínculos estabelecidos e sobre os estabelecimentos, passou por uma alteração metodológica considerável, dando origem a uma nova série, denominada de Novo Caged, que não é compatível com a anterior. Para detalhes dessas mudanças, ver http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf

⁸ A variação do emprego no Rio Grande do Sul foi mais favorável apenas nos dois primeiros meses do ano, quando a expansão do mercado gaúcho superou a do País em seu conjunto. Evidentemente, as comparações de desempenhos mensais precisariam levar em conta o componente sazonal, que não será aqui tratado. Cabe registrar que estudos anteriores (FIORI; XAVIER SOBRINHO, 2012) apontam que os cinco primeiros meses do ano davam vantagens ao Estado, relativamente ao País, na comparação dos índices sazonais.

ceiro pior, no ordenamento das perdas absolutas por UF, em que só é superado por São Paulo e Rio de Janeiro.

Registre-se que, no cômputo dos oito primeiros meses de 2020, somente oito das 27 UFs apresentaram um saldo positivo da movimentação em seus mercados formais de trabalho, sendo a mais expressi-

va a do Acre (cuja variação de 3,11% decorre de uma expansão de apenas 2,5 mil postos de trabalho). Juntas, essas UFs, concentradas nas Regiões Norte e Centro-Oeste do País, geraram, de janeiro a agosto, um saldo de 51,7 mil postos, ao passo que o agregado do País eliminou praticamente 850 mil vínculos formais.

Tabela 14 - Saldos e variações percentuais do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — jan.-ago./2020

BRASIL E UFs	AGOSTO/2020		ESTOQUE EM AGOSTO/2020	ACUMULADO ATÉ AGOSTO/2020		ESTOQUE EM JANEIRO/2020
	Saldos	Variação % <i>versus</i> Estoque de Julho/2020		Saldos	Variação % <i>versus</i> Estoque de Janeiro/2020	
Brasil	249.388	0,66	37.960.236	-849.387	-2,19	38.809.623
Sergipe	368	0,14	270.124	-14.801	-5,19	284.925
Rio de Janeiro	5.645	0,18	3.078.853	-189.032	-5,78	3.267.885
Rio Grande do Sul	7.228	0,30	2.424.299	-88.582	-3,53	2.512.881
Distrito Federal	3.421	0,44	783.046	-21.465	-2,67	804.511
Mato Grosso do Sul ...	2.612	0,51	519.463	4.458	0,87	515.005
Mato Grosso	3.935	0,54	728.146	12.901	1,80	715.245
São Paulo	64.552	0,55	11.805.025	-279.212	-2,31	12.084.237
Bahia	9.420	0,57	1.664.658	-48.052	-2,81	1.712.710
Goiás	7.716	0,63	1.235.130	7.954	0,65	1.227.176
Amapá	434	0,64	68.559	-1.172	-1,68	69.731
Paraná	17.061	0,65	2.637.717	-16.843	-0,63	2.654.560
Rondônia	1.597	0,68	235.964	-2.129	-0,89	238.093
Minas Gerais	28.339	0,71	4.012.246	-69.984	-1,71	4.082.230
Piauí	2.089	0,72	291.660	-6.361	-2,13	298.021
Espírito Santo	6.166	0,87	712.888	-18.387	-2,51	731.275
Santa Catarina	18.375	0,90	2.056.951	-22.494	-1,08	2.079.445
Tocantins	2.040	1,07	192.484	2.673	1,41	189.811
Acre	864	1,07	81.388	2.453	3,11	78.935
Pernambuco	12.714	1,08	1.191.049	-49.848	-4,02	1.240.897
Ceará	12.220	1,11	1.115.975	-25.654	-2,25	1.141.629
Alagoas	3.705	1,14	329.535	-23.936	-6,77	353.471
Maranhão	5.861	1,21	488.742	8.350	1,74	480.392
Roraima	700	1,27	55.668	602	1,09	55.066
Pará	9.618	1,30	747.478	12.264	1,67	735.214
Rio Grande do Norte	5.955	1,45	417.696	-9.920	-2,32	427.616
Amazonas	7.019	1,74	409.407	-4.819	-1,16	414.226
Paraíba	9.753	2,46	405.991	-8.445	-2,04	414.436

Fonte: Brasil (2020).

2.2. AS VARIAÇÕES DO EMPREGO NO RIO GRANDE DO SUL SEGUNDO ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES

Um breve exame dos atributos dos trabalhadores mais atingidos por essa forte retração do mercado formal de trabalho gaúcho permite reencontrar algumas das tendências observadas, com respeito ao conjunto dos ocupados do Estado, na seção anterior deste boletim.

Nos oito primeiros meses de 2020, a expulsão de trabalhadoras mulheres foi mais intensa do que a de homens. Elas absorveram 55% do saldo negativo (Tabela 15), quando sua representação no conjunto de empregados formais girava em torno de 47%. No mês de agosto, tomado isoladamente, a desvantagem da força de trabalho feminina marcou um ponto extremo, já que sua participação no (pequeno) saldo positivo de 7,2 mil empregos foi de menos de 10% (699 empregos). Na seção anterior — ressaltando-se que se

trata de outra fonte de dados, com outra metodologia e uma cobertura temporal não exatamente coincidente —, viu-se que a taxa de desemprego feminina cresceu menos do que a masculina, mas que essa pretensa vantagem tinha como importante fundamento a maior redução da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho.

Quando se observa a intensidade com que a contratação do emprego incidiu sobre as diferentes faixas etárias de trabalhadores formais, constata-se que a mais jovem delas, de indivíduos com até 17 anos de idade, teve uma considerável expansão, com aumento de 13 mil postos (Tabela 15), em contraste com a retração de 88,6 mil vínculos no agregado do mercado. A título de comparação, esse segmento, ao final de 2018 — última edição disponível da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também a cargo da hoje Secretaria de Previdência e Trabalho —, limitava-se a 33,4 mil vínculos⁹. Os empregados na faixa etária seguinte, entre 18 e 24 anos de idade, tiveram variação praticamente nula entre janeiro e agosto deste ano, com pequeno saldo positivo (208 vínculos). Todas as demais faixas tiveram retração no número de vínculos, com uma progressiva sobre-representação de cada uma, na formação do saldo negativo de empregos, conforme a idade avança. Os trabalhadores entre 50 e 64 anos absorveram 36,2% da retração do emprego formal, participação muito superior aos 18% que representavam na distribuição etária da RAIS de 2018. Na faixa de 65 anos ou mais, a contratação de 5,5 mil vínculos de emprego significa 6,2% do total eliminado pelo mercado gaúcho, ao passo que esses indivíduos se limitavam a 1,5% do universo de empregados formais do Estado em 2018. Analogamente ao que se observa com relação às mulheres, também os idosos, conforme a seção anterior, tiveram um comportamento positivamente diferenciado, na evolução da taxa de desocupação, porém isso decorreu de uma retirada mais intensa desses indivíduos do mercado de trabalho, concomitantemente a uma queda do nível ocupacional.

Aplicando-se o mesmo tratamento à escolaridade dos trabalhadores, observa-se, inicialmente, que todos os segmentos da distribuição passaram por

⁹ A comparação é ilustrativa, já que as coberturas da RAIS e do Caged — tanto o antigo quanto, em especial, o Novo Caged — possuem discrepâncias. A nova versão do Cadastro prescreve que sejam declarados todos os vínculos formais de trabalho, enquanto, na versão anterior, havia modalidades que não eram contempladas. Uma delas era a de estágio, o que pode ser um dos fatores que contribuiu para a expansão da faixa etária mais jovem na base de dados, neste ano de 2020, já que o Novo Caged passou a vigorar em janeiro do corrente ano.

encolhimento — exceção feita ao residual conjunto de analfabetos (0,2% do total de empregados formais em 2018), que aumentou em 66 indivíduos — no Estado, nesses oito primeiros meses de 2020 (Tabela 15). A contração proporcionalmente mais acentuada verificou-se no grupo com ensino fundamental incompleto, cuja perda de contingente correspondeu a 21,1% dos empregos eliminados no RS, quando o peso desse grupo na estrutura do mercado formal era de 11,5%. Não é muito diferente o que ocorre com a categoria fundamental completo: representando 10% do emprego, absorveu 17,1% do saldo negativo produzido entre janeiro e agosto no mercado formal gaúcho. Os empregados com ensino médio completo, que formam o maior grupo, mostraram equidade entre seu peso na estrutura ocupacional e sua “quota” na contratação do emprego neste ano — em ambos os casos, ela se situou pouco acima de 43,0%. Proporcionalmente mais preservados foram os indivíduos com ensino médio incompleto, aqueles com ensino superior incompleto e, muito especialmente, os que haviam concluído essa formação de terceiro grau. Nesse último segmento, o encolhimento foi de 4,8 mil vínculos, 5,5% da perda global do mercado de trabalho gaúcho no período, participação muito inferior aos 21,1% que a categoria ostentava no universo do emprego formal, na última RAIS disponível.

Tabela 15 - Saldo de admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho e sua distribuição percentual, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020

DISCRIMINAÇÃO	SALDO	PARTICIPAÇÃO % NO SALDO
Sexo		
Homens	-40.016	45,2
Mulheres	-48.566	54,8
Escolaridade		
Analfabetos	66	-0,1
Fundamental incompleto	-18.724	21,1
Fundamental completo	-15.147	17,1
Médio incompleto	-6.385	7,2
Médio completo	-38.574	43,5
Superior incompleto	-4.977	5,6
Superior completo	-4.841	5,5
Idade		
Até 17 anos	13.108	-14,8
De 18 a 24 anos	208	-0,2
De 25 a 29 anos	-13.632	15,4
De 30 a 39 anos	-28.278	31,9
De 40 a 49 anos	-22.444	25,3
De 50 a 64 anos	-32.073	36,2
65 ou mais	-5.471	6,2
TOTAL	-88.582	100,0

Fonte: Brasil (2020).

Como se pode perceber, a forte contração das oportunidades de emprego, presumivelmente combinada a fatores sociais relacionados à divisão de responsabilidades e às estratégias familiares diante de um quadro de aguda crise sanitária e econômica, levou a um sacrifício maior da ocupação formal das mulheres, dos mais idosos e dos menos escolarizados.

2.3. DESEMPENHO POR SETORES DE ATIVIDADE E DIVISÕES DA CNAE

Os resultados de agosto, no RS, foram positivos para todos os grandes setores de atividade, excetuados os serviços, que tiveram variação próxima a zero, com a eliminação de 58 vínculos. A indústria gerou metade do saldo positivo, com 3,6 mil vagas. Já quando se considera o acumulado de janeiro a agosto (Tabela 16), a situação é oposta: apenas um setor, neste caso, alcançou crescimento do emprego formal — aqui também muito próximo a zero. A agropecuária logrou um saldo de 115 vínculos. Quanto aos 88,6 mil empregos eliminados, eles se concentraram nos serviços (43,8%) e no comércio (38,0%). Quando se considera a variação relativa de cada setor, é o comércio que desponta com o maior percentual de retração nos oito meses (-5,5%), seguido dos serviços (-3,7%).

Tabela 16 - Movimentações, saldo e variação do emprego formal, segundo o setor de atividade, no Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020

SETORES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ESTOQUE AGO/2020	VARIAÇÃO %
Agropecuária	21.827	21.712	115	83.334	0,1
Comércio	146.875	180.503	-33.628	581.963	-5,5
Construção	45.855	47.598	-1.743	114.521	-1,5
Indústria	163.255	177.826	-14.571	633.138	-2,3
Serviços	209.372	248.127	-38.755	1.011.343	-3,7
Total do RS	587.184	675.766	-88.582	2.424.299	-3,5

Fonte: Brasil (2020).

Tomando-se o resultado do mês de agosto, frente ao mês anterior, e a desagregação em divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), os melhores desempenhos foram, em número de empregos gerados, os de comércio varejista (1.483 postos adicionais); fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (1.459); e atividades de atenção à saúde humana (1.168). Quanto à variação relativa, desconsiderando-se atividades de expressão muito pequena, lideraram: fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (4,1% de expansão); serviços de arquitetura e engenharia (3,1%); fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (3,0%); e seleção, agenciamento e locação de mão de obra (3,0%).

Já as atividades que, em agosto, tiveram os saldos negativos mais expressivos no Estado foram: fabricação de produtos do fumo (-3,2 mil vínculos), alimentação (-981) e educação (-827). Pelo critério de variação percentual, o referido segmento do fumo ostentou uma perda de 23,1%, que obedece à sazonalidade característica dessa atividade. Segue-se, descontadas mais uma vez atividades com contingentes muito pequenos, a redução de 3,3% do emprego na divisão transporte aéreo da CNAE.

Aplicando-se o mesmo tratamento para os dados acumulados de janeiro a agosto do ano em curso (Tabela 17), as maiores perdas absolutas nesses dois primeiros quadrimestres ocorreram nas divisões comércio varejista (-27 mil), preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-16,5 mil), alimentação (-16,1 mil), transporte terrestre (-6,2 mil) e alojamento (-4,9 mil). Nas variações percentuais, os resultados mais adversos registraram-se em fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-31,3%), agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (-31,3%) e, uma vez mais, alojamento (-26,0%).

Entre as divisões que lograram crescer nesses oito meses, tiveram destaque, pelo critério da variação percentual: fabricação de produtos do fumo (123,2%, espelhando a sazonalidade do setor), atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (8,9%), telecomunicações (4,5%) e atividades dos serviços de tecnologia da informação (4,5%). No quesito de número de empregos gerados, entre as divisões da CNAE que tiveram expansão do emprego, as principais foram: produtos do fumo, já referidos pelo critério anterior (5,9 mil), atividades de atenção à saúde humana (3,5 mil), fabricação de produtos alimentícios (2,7 mil) e, também já referidas, atividades dos serviços de tecnologia da informação (1,2 mil).

Não é difícil associar muitos dos resultados do emprego segundo as divisões da CNAE à influência do distanciamento social, que penalizou o Setor Terciário (comércio e serviços) e muitas atividades especialmente dependentes da circulação das pessoas, como os serviços de alimentação e alojamento, transportes e operações turísticas. Da mesma forma, o crescimento de serviços de saúde e de apoio às comunicações à distância associou-se a demandas candentes relacionadas ao isolamento.

Tabela 17 - Saldo de admissões e desligamentos e variação percentual e estoque de empregados formais, por divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), no Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020

DIVISÕES DA CNAE 2.0	AGO-DEZ/2020		ESTOQUE EM AGOSTO/2020
	Saldo	Variação %	
Comércio varejista	-26.980	-6,0	424.760
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-16.548	-16,4	84.356
Alimentação	-16.120	-18,6	70.458
Transporte terrestre	-6.191	-5,1	116.234
Alojamento	-4.857	-25,9	13.865
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	-1.411	-31,3	3.102
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-721	-31,3	1.580
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	-171	-23,2	565
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	-36	-20,8	137
Extração de petróleo e gás natural	-3	-25,0	9
Esgoto e atividades relacionadas	36	4,6	823
Atividades veterinárias	37	4,3	891
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	339	8,8	4.175
Telecomunicações	490	4,5	11.301
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	1.165	4,5	27.125
Fabricação de produtos alimentícios	2.670	2,0	133.727
Atividades de atenção à saúde humana	3.499	2,3	159.127
Fabricação de produtos do fumo	5.907	123,2	10.700

Fonte: Brasil (2020).

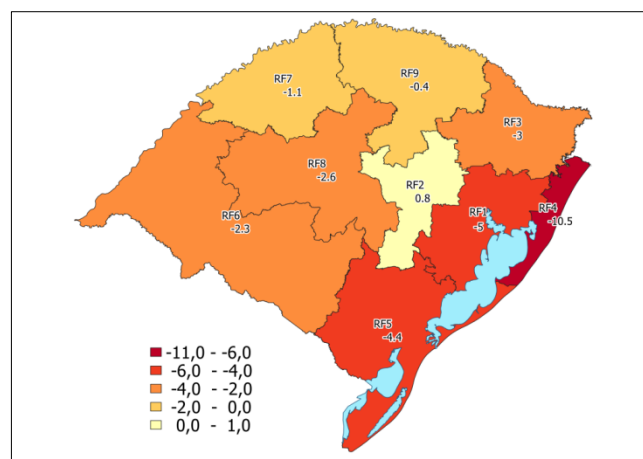
Nota: Em rosa, as divisões que se destacaram negativamente; em azul, positivamente.

2.4. COMPARAÇÃO DO MOVIMENTO DO EMPREGO POR REGIÃO FUNCIONAL

Partindo-se da divisão do território gaúcho em nove Regiões Funcionais (RFs), utilizada para diversas ações de planejamento público, podem-se observar similaridades e diferenças no comportamento do emprego formal, ao longo dos oito primeiros meses de 2020, sob a perspectiva regional. A Figura 1 permite visualizar que os resultados acumulados entre janeiro e agosto são diversificados em intensidade, mas expõem a generalizada perda de postos de trabalho por todo o Estado, exceção feita apenas à RF2, que abarca os Vales do Rio Pardo e do Taquari, a qual ostenta uma elevação de 0,8% de seu estoque de empregados formais, influenciada pelo crescimento sazonal da indústria do fumo, já aludido anteriormente, que se concentra nessa porção do território gaúcho. A mais drástica retração, de 10,5%, ocorreu na RF4, que abarca o Litoral Norte, cujo mercado de trabalho apresenta, também, elevada variação sazonal, com contratações concentradas nos últimos meses de cada ano. Segue-se, em intensidade de perdas de emprego, a RF1, que sedia a Região Metropolitana de Porto Alegre e responde por quase metade do total do emprego formal no Estado. O terceiro pior resultado (-4,4%) aprofunda a trajetória de adversidades da RF5, o Sul do Estado, que, nos últimos anos, desde o malogro do projeto do Polo Naval, tem sido um destaque negati-

vo no comportamento do emprego gaúcho. O quarto pior resultado é o da RF3, a Serra, a segunda maior região em população e a que tem maior peso do emprego industrial em sua estrutura ocupacional.

Figura 1 - Variação % do emprego formal nas Regiões Funcionais do Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020

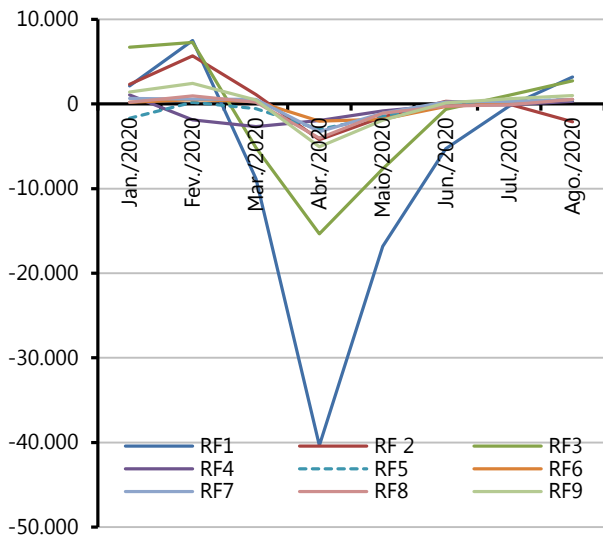


Fonte: Brasil (2020).

Reconhecido esse resultado de generalizada contratação no acumulado do ano, vale observar a evolução e as magnitudes dos saldos gerados nos mercados de trabalho das RFs, ao longo do período. O Gráfico 11 apresenta a variação absoluta do emprego nas RFs, entre janeiro e agosto deste ano, espelhando, além de diferentes dinâmicas e condicionantes econômico-

produtivos, a heterogeneidade das dimensões populacionais de cada uma das regiões.

Gráfico 11 - Saldos da movimentação no mercado formal de trabalho das Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020



Fonte: Brasil (2020).

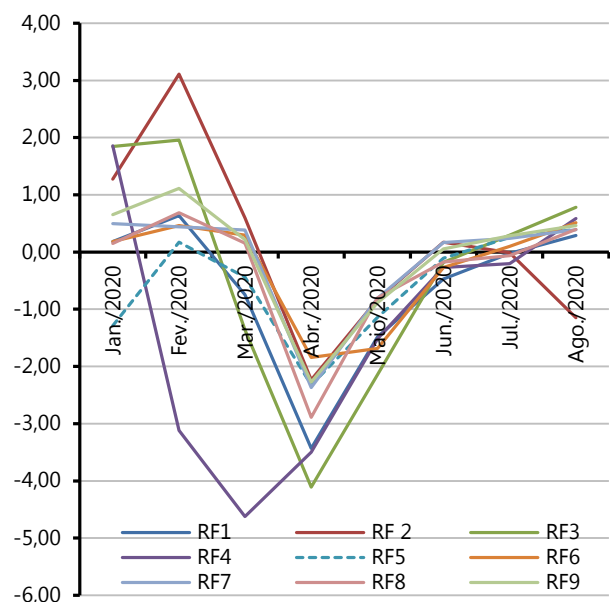
Os meses de janeiro e fevereiro trouxeram saldos positivos para oito das nove regiões (em janeiro, a RF5 foi a única exceção; em fevereiro, a RF4). Março já apresentou resultado negativo para o conjunto do Rio Grande do Sul, fortemente influenciado pela retração nos maiores mercados de trabalho (RF1 e RF3) e com perdas também na RF4 e na RF5, embora cinco RFs ainda tenham logrado crescimento de seus estoques de emprego formal. Abril e maio configuraram o pior momento da crise. Nesses dois meses, as RFs, sem exceção, apresentaram contração do mercado de trabalho. Em junho, abrandaram-se as perdas, que ocorreram ainda em seis das nove RFs e determinaram um resultado negativo para o Estado, enquanto três regiões de menor expressão quantitativa no emprego gaúcho voltaram a ter sinal positivo. Julho trouxe um pequeno crescimento do mercado formal gaúcho em seu conjunto, sendo minoria (quatro) as regiões com retração. O último mês disponível da série, agosto, assinalou mais uma expansão, novamente pequena, mas superior à do mês anterior, e refletiu comportamentos favoráveis em oito RFs.

Se o Gráfico 11 permite visualizar a distribuição dos saldos estaduais pelas diferentes regiões, trazendo os valores absolutos da variação mensal em cada uma delas, é pertinente comparar também as variações percentuais, que permitem uma melhor apreensão das convergências e discrepâncias nas tendências

dos mercados de trabalho ao longo dos meses analisados.

No Gráfico 12, pode-se perceber, com mais clareza, que, em linhas gerais, o movimento do agregado do mercado formal de trabalho gaúcho refletiu tendências que se generalizaram nas diferentes regiões do Estado. A RF4 antecipou-se à retração geral, o que expressa a sazonalidade do emprego naquela região litorânea. O comportamento ligeiramente divergente da RF2, ao final do período, também possui um componente sazonal, associado ao ciclo de contratações e demissões do segmento produtor de fumo.

Gráfico 12 - Variação % do estoque de empregados formais nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020



Fonte: Brasil (2020).

Os oito primeiros meses de 2020 trouxeram, em síntese, a marca da violenta contração do emprego formal no Rio Grande do Sul, a qual teve como epicentro o mês de abril, o primeiro a transcorrer integralmente sob o signo da emergência sanitária. Apenas nesse mês, quase 80 mil postos foram eliminados no segmento mais protegido institucionalmente do mercado de trabalho gaúcho. As perdas de abril respondem por quase 90% do saldo negativo acumulado entre janeiro e agosto. Mesmo que com variações regionais consideráveis, as tendências gerais que caracterizaram a evolução do emprego no ano são reconhecíveis nas nove Regiões Funcionais do Estado, que iniciaram 2020 com variações positivas; amargaram uma primeira retração já em março, a qual se aprofundou dramaticamente em abril e maio, abran-

dou-se em junho e teve sua primeira e tímida reversão em julho e agosto. O exame das atividades econômicas que apresentaram os piores desempenhos permite reconhecer o peso que teve, na configuração desse quadro tão adverso, o necessário distanciamento social, uma vez que, dentre elas, se destacam segmentos como o comércio, serviços de alimentação e alojamento, entre outros, direta e duramente atingidos pelas restrições à circulação da população. A pandemia sobrepôs-se a um quadro em que a atividade econômica do Estado já se encontrava bastante comprometida pela ocorrência de uma severa estiagem. Essa adversa conjuntura do mercado formal de trabalho penalizou especialmente, em termos relativos, as mulheres, os indivíduos menos escolarizados e os trabalhadores com 50 anos ou mais de idade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo CAGED**: agosto 2020. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2020. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiM2ZiNzk5YzUtODU5OS00YjFmLTk1NjltNDY1M2lwMTJhOTgzIiwidCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS05MmM3LTExZWE2MTVjNjMyZSIsImMiOiR9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 5 ago. 2020.

FIORI, T. P.; XAVIER SOBRINHO, G. Trajetórias do emprego formal no Rio Grande do Sul em 2011: uma análise a partir dos dados da RAIS e do Caged.

Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 103-114, 2012.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 28 ago. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — PNAD Contínua**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 28 ago. 2020.

INDICADORES IBGE. Contas Nacionais Trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, abr.-jun. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_2tri.pdf. Acesso em: 4 set. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Key indicators of labour market**. 9th ed. Geneva: ILO, 2016. Disponível em:

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILO monitor**: COVID-19 and the world of work. 3rd ed. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_743146.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SEPLAG/DEE, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 25 set. 2020.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

planejamento.rs.gov.br